

PF prende ex-presidente do BRB e agrava crise do Master

Paulo Henrique Costa teria aceitado propina para comprar o banco de Vorcaro

Por Gabriela Gallo

Em mais um capítulo da novela que envolve os escândalos do Banco Master, a Polícia Federal (PF) deflagrou, nesta quinta-feira (16), a quarta fase da Operação Compliance Zero, que apura um esquema de lavagem de dinheiro para pagamentos indevidos a agentes públicos.

A operação foi realizada por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, e, nesta fase, prendeu o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por receber propina do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, para autorizar que o BRB comprasse o Master. Ele está detido no Complexo Penitenciário da Papuda.

A Segunda Turma do STF agendou o julgamento para discutir sobre a manutenção da decisão de Mendonça na prisão de Paulo Henrique Costa para próxima quarta-feira (22). O julgamento será realizado em plenário virtual e os magistrados terão até as 23h59 da próxima sexta-feira (24) para decidir. Além de Paulo Henrique, também foi determinada a prisão preventiva do advogado Daniel Lopes Monteiro, apontado como operador jurídico financeiro do esquema investigado.

“Engrenagem ilícita”

Segundo a decisão do ministro André Mendonça, fases anteriores da operação “revelam, em tese, a existência de uma engrenagem ilícita concebida para viabilizar a fabricação, venda e cessão de carteiras de crédito fictícias do Banco Master ao BRB, com expressivo impacto patrimonial e institucional”. O documento ainda avalia que, com base nos dados coletados entre os diálogos obtidos por aparelhos telefônicos dos investigados, indica-se que “desde o início das operações, já se conheciam inconsistências relevantes nas carteiras [de crédito] ofertadas” e, mesmo assim, “as aquisições teriam sido aceleradas, com sucessivas flexibilizações para liquidação rápida”.

“Mesmo após a constatação, em junho de 2025, de que o BRB havia adquirido aproximadamente R\$ 12,2 bilhões em carteiras falsas do Banco Master, a instituição teria persistido na parceria e seguido comprando novos ativos do mesmo parceiro”, reiterou Mendonça.

Imóveis

Segundo a apuração das investigações, Daniel Vorcaro ofereceu



Propina para Paulo Henrique Costa teria sido paga em imóveis

para Paulo Henrique Costa seis imóveis, quatro apartamentos em áreas nobres de São Paulo e dois em Brasília, avaliados em R\$ 146,5 milhões. Os imóveis seriam um pagamento de propina para que o BRB comprasse o Banco Master.

Os bens eram tratados como “cronograma pessoal” de Costa. Segundo a decisão de André Mendonça, o investigado visitava ou validava os imóveis selecionados, cobrava andamento das aquisições e até chegou a “demonstrar preocupação com a falta de documentação formal do arranjo, o que reforça a consciência acerca do caráter dissimulado da operação”. Alguns dos imóveis cobram valor de condomínio que chegam até R\$ 30 mil.

Para realizar o pagamento e “ocultar a titularidade real dos bens”, teriam sido mobilizados fundos de investimento geridos pela empresa REAG Investimentos, empresa vinculada ao Master desde o começo das investigações, “bem como empresas de fachada, atribuídas formalmente a interpostas pessoas”, dentre elas o cunhado do advogado Daniel Monteiro.

Costa chegou a receber ao menos R\$ 74 milhões em imóveis. O pagamento total só não foi finalizado, segundo as apurações das autoridades policiais, porque “Vorcaro teve ciência da instauração de procedimento investigatório sigiloso para apurar, exatamente, o pagamento de propina a Paulo Henrique”.

Ibaneis

O documento ainda revelou as trocas de conversas entre Vorcaro e Costa. Em uma delas, o ex-presi-

dente do BRB cita o interesse que o ex-governador do Distrito Federal e pré-candidato ao Senado pela capital federal, Ibaneis Rocha (MDB).

“Estou trabalhando para lançar a operação amanhã ou, no mais tardar, na segunda-feira. O Governador [Ibaneis] me pediu que preparasse um material para a argumentação dele, porque vamos receber críticas”, escreveu Paulo Henrique para Vorcaro, durante o período que articulavam a compra do Banco Master pelo BRB, articulação que durou cinco meses e foi negada pelo Banco Central (BC).

Paulo Henrique Costa foi afastado da presidência do BRB desde a primeira fase da Operação Compliance Zero, em novembro de 2025, dois meses após o BC rejeitar oficialmente a compra do Banco Master pelo BRB. No documento, André Mendonça destacou que o caso sustenta “que o êxito da fraude não pode ser dissociado de graves falhas de governança e de uma atuação, em tese, deliberadamente con-

vincente de sua alta administração”.

Nesta quinta-feira, a governadora do Distrito Federal Celina Leão (PP) tentou se desvincular do BRB, alegando que “o governo é uma instituição, cada um tem um CPF”. Ela ainda reiterou que as investigações do caso estão a cargo da Justiça. No mesmo dia, em conversa com jornalistas, o ministro de Relações Institucionais do governo federal, José Guimarães, se manifestou “completamente contrário” a qualquer socorro do governo federal ao Banco de Brasília.

Problema para o GDF

Ao Correio da Manhã, o cientista político Isaac Jordão avaliou que os escândalos do Banco Master viraram um problema para o Governo do Distrito Federal (GDF), independente de quem esteja no comando.

“A operação Compliance Zero ainda é um barril de pólvora para o GDF. Menos por causa da go-

vernadora em si e mais porque está mais que claro que é o GDF, quem quer que esteja no comando, que vai pagar a conta do descalabro que foi a relação entre o BRB e o Master”, destacou Jordão.

A reportagem ainda conversou com o advogado criminalista e sócio do RCA Advogados Berlinque Cantelmo que destacou que o caso altera “substancialmente” a natureza jurídica do caso Master.

“Até o momento, a tese defensiva sustentada pelo Governo do Distrito Federal e por agentes ligados à operação de aquisição do Banco Master gravitava em torno da legitimidade do ato administrativo-financeiro, amparado na discricionariedade técnica do colegiado do BRB. A identificação de um suposto fluxo de vantagem indevida desloca o debate do plano da legalidade administrativa para o da tipicidade penal, notadamente nos delitos de corrupção passiva, lavagem de capitais e organização criminosa”, detalhou Cantelmo para a reportagem.

“Em ano eleitoral, com Ibaneis Rocha postulando mandato no Senado Federal e Celina Leão no exercício do cargo, a preservação política do grupo dependerá da capacidade de separar, no plano discursivo e probatório, a conduta individual do ex-dirigente do comportamento institucional do acionista controlador”, completou o advogado.

Questionado pela reportagem, Berlinque reiterou que a conta deve sobrar para os brasilienses, visto que os impactos “devem ser examinados sob a ótica das consequências materiais decorrentes da fragilização de uma instituição financeira pública estadual que desempenha funções de fomento e de execução de políticas públicas”.

Outro lado

Na manhã desta quinta-feira o advogado de Paulo Henrique Costa, Cleber Lopes, conversou com a imprensa em frente ao apartamento do ex-presidente do BRB, no Noroeste (bairro no Distrito Federal). Para a imprensa, ele negou que o cliente tenha cometido qualquer crime e avaliou a prisão como “desnecessária”.

“O Paulo Henrique não representa nenhum perigo para a instrução, para a aplicação da Lei Penal. Ele está em liberdade desde a primeira fase da operação, não há notícia de que ele tenha representado qualquer fato que pudesse atentar contra a ordem pública”, disse a defesa de Costa. O advogado reiterou que a defesa analisará a decisão do magistrado antes de entrar com recursos contra a medida.



Um dos apartamentos que teria sido dado como propina